



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Referência: Pregão Presencial n. 12/2023

Objeto: Contratação de Empresa para perfuração de poços tubulares profundos com fornecimento dos equipamentos necessários, confecção de estudos geofísicos, autorizações e outorgas junto aos órgãos competentes.

Motivação do Recurso: Habilitação da licitante Sérgio Galdino da Silva & Cia Ltda.

A empresa SERGIO GALDINO DA SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 24.760.845/0001-43 sediada na Avenida Presidente Tancredo Neves n, 3742, Sala 03, Centro, na cidade de Mirassol D'Oeste – MT, representada por sua responsável legal ESTEMARCIA ALVES DE FREITAS SILVA, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob n. 696.548.321-00, portadora do RG n. 12319309 – SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Bento Alexandre dos Santos n. 781, Centro, na cidade de Mirassol D' Oeste-MT, nos termos da Lei 10.520/2002, artigo 4º, inciso XVIII, vem tempestivamente apresentar

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto por **FR ENGENHARIA E POÇOS LTDA (R. BARROS RIBEIRO EIRELI)**, inscrita no CNPJ sob n. **34.127.109/0001-06**, demonstrando na presente peça as razões de fato e de direito para requerer ao final a manutenção integral da decisão recorrida:

A Recorrente alega que o ato do Pregoeiro que habilitou a licitante que ofertou a melhor proposta no Pregão Presencial n. 12/2023 foi “equivocado” sendo “evidente a existência de falhas” no ato praticado, visto que a Recorrida “deixou de cumprir com subitem 7.1.3 Qualificação Técnica”.

Segundo a Recorrente, a empresa SERGIO GALDINO DA SILVA & CIA LTDA deixou de atender aos seguintes requisitos de habilitação: 1 – O registro no CREA não contempla indicação do objeto social na área da Construção Civil; 2 – O Engenheiro Civil e a Geóloga indicados pela empresa não são “reconhecidos pela entidade competente” (CREA), pois o documento comprobatório de tal condição seria a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física; 3 – O Atestado de Capacidade Técnico Operacional da empresa não contempla “aptidão para execução de serviços na área da Construção Civil” limitando-se a demonstrar a execução de serviço de



perfuração de poço artesiano, cabendo diligência em relação ao referido Atestado com a apresentação de ‘notas fiscais’ para comprovar a efetiva realização dos serviços evitando “qualquer argumento de ilegalidade que possa haver futuramente” cabendo ao Pregoeiro evitar qualquer “tentativa de fraude ao certame licitatório”.

Estes foram, em resumo, os argumentos apresentados pela Recorrente.

Inicialmente, vejamos quais as exigências contidas no edital referentes à Qualificação Técnica para habilitação no certame:

*“7.1.3 A documentação relativa à Qualificação Técnica, consistirá na apresentação dos seguintes documentos:*

*a) Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos;*

*b) Atestado de capacidade técnica-operacional, que comprove que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, no qual fique comprovada a aptidão para execução de serviços de perfuração de poços artesianos. (MODELO ANEXO)*

*c) Demonstração de possuir a licitante em seu quadro de pessoal, 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Geólogo ou Engenheiro de Minas, devidamente reconhecidos pela entidade competente (CREA), detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes e compatíveis às do objeto da licitação.”*

#### **Referente ao Item 7.1.3 a)**

A empresa Sergio Galdino da Silva & Cia Ltda apresentou a Certidão do CREA com objeto social compatível com a licitação e contendo o registro dos responsáveis técnicos, atendendo plenamente ao edital, pois a atividade de perfuração e construção de poços de água (4399-1/05) é preponderante no objeto da licitação. Vejamos o que diz o edital:

**“O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A *ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA* PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA *PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS COM DISPOSITIVOS PARA PROTEÇÃO SANITÁRIA, BOMBEAMENTO E A INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO, BEM COMO A CONFECCÃO DE ESTUDOS GEOFÍSICOS, AUTORIZAÇÕES E OUTORGAS JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS (PERFURAÇÃO DE POÇOS E***



*ESTUDO GEOFÍSICO), CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO.”*

Verifica-se que nem há menção à serviços na “área de construção civil” no objeto da licitação, constituindo parcela de menor relevância para o atingimento dos fins almejados pela Administração.

Além do mais, as atividades relativas à ‘construção civil’ constam da 3ª Alteração do Contrato Social da empresa, documento este apresentado durante o certame (credenciamento), devendo ser analisado em conjunto com os demais documentos a fim de verificar a aptidão da licitante para a execução do objeto da licitação. A alteração do objeto social da Recorrida foi registrada na Junta Comercial sob o nº 2694526 em 10/02/2023, conforme consta do próprio documento:

***Cláusula Primeira - A sociedade passa a ter por objeto, o exercício das seguintes atividades econômicas: PERFURACAO, MANUTENCAO E REVESTIMENTO DE POCOS ARTESIANOS E SEMI-ARTESIANOS, INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA, OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO, OBRAS DE ALVENARIA, SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇOES CORRELATAS E ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS.***

***Cláusula Segunda - A sociedade passa a ter as seguintes atividades econômicas (CNAES) vinculadas ao seu objeto social: 4399105 - PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA 4222701 - CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO 4321500 - INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA 4330404 - SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL 4330499 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO 4399103 - OBRAS DE ALVENARIA 7119702 - ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS.***

Portanto, o Contrato Social apresentado durante a sessão de abertura do certame demonstra que a Recorrida está apta para executar o objeto da licitação.

Precisamos esclarecer à Recorrente que a exigência da Certidão de Registro no CREA tem como objetivo tão somente a averiguação de que o licitante se encontra devidamente inscrito e registrado na entidade competente para promover a fiscalização da atividade profissional envolvida na execução do futuro contrato, em conformidade com o artigo 30, inciso I da Lei 8.666/93.

Portanto, não há que se falar em “*indicação do objeto social na área de construção civil*” na Certidão do CREA, pois tal exigência é descabida e não coaduna com o objetivo para o qual a certidão deve ser apresentada.

Tal entendimento é corroborado pelo julgamento efetuado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais durante análise de Recurso apresentado por licitante no Processo Licitatório n. 33/2019:

*“Em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, os licitantes devem apresentar documentos que sejam capazes de refletir o cumprimento das condições estipuladas pela Administração no Edital. Nesse sentido, verifica-se que **a exigência da certidão no Edital objetiva a comprovação de registro na entidade profissional correlata para garantir a contratação de empresa apta a execução do objeto licitado**, conforme a exigência do subitem 4.1 do Anexo III do Edital, **nos termos e limitações do inciso I, art. 30, da Lei 8.666/93.** (Grifos nossos) Logo, sob o prisma da interpretação preconizada pela teleologia, vislumbra-se que a finalidade precípua da exigência foi alcançada, visto que o documento apresentado está válido e possibilita aferir a segurança da existência de registro perante o CREA-MG, sendo certo que a complementação do capital social não caracteriza prejuízo na aptidão técnica da futura contratada, sendo irrelevante tal formalismo para a configuração do atendimento da exigência almejada pelo Edital. (Grifos nossos) **A própria Constituição da República de 1988, assevera no inciso XXI, do art. 37, que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Ademais, a comprovação do capital social e demais elementos cadastrais da empresa foi realizada mediante a apresentação do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial**, conforme exigência do item 1 Relativa à Habilitação Jurídica constante no Anexo III do Edital. Sem olvidar dos princípios da isonomia e da segurança jurídica, considerando a busca constante pelo atendimento ao interesse público, destaca-se o princípio do formalismo moderado, cujo conteúdo deve prevalecer sobre o formalismo extremo em que o rigorismo desnecessário colide com a finalidade em detrimento dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da economicidade e do interesse público. O Tribunal de Contas da União tem posicionamento nesse sentido, conforme o Sumário do Acórdão 357- 7/2015 Plenário: “No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”. O Acórdão 11907/2011, TCU – 2ª Câmara, apresenta o entendimento de se “evitar a desclassificação das propostas, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame”*

A comprovação da aptidão das licitantes consta do mesmo artigo 30, inciso II devendo se limitar à demonstração da “capacitação técnico profissional”, nos termos do § 1º, inciso I do referido artigo.

Em que pesem os argumentos acima, esclarecemos que a Recorrida apresentou requerimento junto ao CREA no dia 28 de fevereiro de 2023 para alteração

do objeto social, CNAE e quadro societário na Certidão, adequando-a ao contrato social, sendo que tal requerimento é pré-existente à data de abertura do certame, podendo ser juntado aos documentos de habilitação caso assim o Pregoeiro entenda necessário, conforme permissivo Acórdão 1211/2021 – Plenário do Tribunal de Contas da União, que é paradigma sobre o assunto:

**SUMÁRIO.** REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.”

#### Referente ao Item 7.1.3 b)

A Recorrida também atendeu à exigência de apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional comprovando a “*aptidão para execução de serviços de perfuração de poços artesianos*” conforme requer o edital do certame.

O atestado firmado pela representante da empresa PECFLOR LTDA demonstra que a Recorrida executou serviço ‘similar’ ao objeto licitado.

Não há nenhuma exigência no instrumento convocatório e também não há respaldo legal no sentido de que as licitantes deveriam demonstrar “*aptidão para execução de serviços de perfuração de poços artesianos como também a aptidão para a execução de serviços na área de construção civil*”, conforme insiste a Recorrente.

Ao contrário, a Lei 8.666/93, que deve ser aplicada subsidiariamente no presente caso, exige que as licitantes demonstrem que estão aptas a executar ‘as parcelas



mais significativas do objeto que está sendo licitado’, ou seja, “*as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos*” (artigo 30, § 1º, inciso I da referida Lei)

É neste sentido o entendimento dos Tribunais fiscalizadores, conforme se verifica da Sumula n. 02 do TCE/CE:

**"EMENTA: RESTRIÇÃO DA COMPETITIVIDADE. Súmula nº 02: Restringe a competitividade do certame licitatório destinado à contratação de obras e serviços de engenharia, cláusula editalícia que exija a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes para execução de parcelas de menor relevância técnica e de valor pouco significativo do objeto a ser contratado."**

Neste ponto é preciso lembrar que a utilização de modelo prévio para elaboração de documentos é de praxe nas licitações. Inclusive consta do Anexo III do Edital do certame um modelo para apresentação do Atestado de Capacidade Técnico Operacional, que foi utilizado pela Recorrida, sendo que algum equívoco constante do atestado apresentado, como a menção de CNPJ divergente, não tem o condão de invalidar o documento apresentado ou transformá-lo numa “possível fraude”.

Aliás, se utilizarmos ‘a mesma medida’, poderíamos mencionar que o CNPJ 11.566.598/0001-05 inserido na qualificação inicial da peça recursal ora combatida **não pertence à Recorrente, sendo de empresa alheia ao certame**, o que poderia em tese invalidar seu recurso, caso fosse aplicado rigorismo excessivo na análise de seus requisitos.

Em que pesem os argumentos acima, e embora tenha sido acertada a decisão do insigne Pregoeiro ao habilitar a Recorrida, é evidente que o mesmo poderá utilizar da faculdade de realizar diligências, solicitando documentos complementares que entender pertinentes ao deslinde da situação, atendendo ao princípio da eficiência e em busca da proposta mais vantajosa.

### **Referente ao Item 7.1.3 c)**

Novamente a Recorrente insiste em sugerir a apresentação de documentos que não estão contidos no Edital do certame.

A Recorrida atendeu plenamente o edital apresentando os seguintes documentos para satisfação do item 7.1.3 c): Certidão de Acervo Técnico do Engenheiro, Certidão de Acervo Técnico da Geóloga, comprovante de vínculo de ambos profissionais com a empresa (contratos de prestação de serviços de acordo com o Código Civil) e Atestado firmado pela empresa Concremax Concreto Engenharia e Saneamento LTDA, que comprova a capacidade técnico profissional da Geóloga Miralda Auxiliadora de Arruda.

Portanto, não há porque 'inovar' neste ponto, pois o Edital requer tão somente a demonstração do seguinte:

*c) Demonstração de possuir a licitante em seu quadro de pessoal, 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Geólogo ou Engenheiro de Minas, devidamente reconhecidos pela entidade competente (CREA), detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes e compatíveis às do objeto da licitação."*

Diferentemente do item 7.1.3 a) que exige "Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA" o item 7.1.3 c) tem por objetivo que as licitantes demonstrem que tem à sua disposição profissionais qualificados, detentores de atestados na sua área de atuação, que serão os responsáveis técnicos pela execução dos serviços.

Para colocar uma 'pá de cal' sobre o assunto, é possível constatar que os profissionais "indicados pela licitante estão devidamente registrados e não se encontram em débitos" junto ao CREA através da Certidão apresentada em atendimento ao item 7.1.3 a) da qual constam os seguintes dizeres:

#### **Responsabilidade Técnica**

**Responsável:** JESSE MCENROE ALEXANDRE PRADO **Nº Registro:** MT38550 **Dt Registro:** 15/03/2017. Engenheiro Civil - Definitivo ART. 28 DO DECRETO FEDERAL Nº 23.569/33; ART. 7 DA LEI Nº 5.194/66 E; ART. 7 COMBINADO COM O ART. 25 DA RESOLUÇÃO Nº 218/73 DO CONFEA (CONSOLIDADAS NA RESOLUÇÃO 1.048/13 DO CONFEA). Engenheiro de Segurança do Trabalho - Definitivo ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO 359 DE 31/07/1991 DO CONFEA.

**Responsável:** MIRALDA AUXILIADORA DE ARRUDA **Nº Registro:** MT13561 **Dt Registro:** 18/11/2005. Geóloga - Definitivo DA LEI 4.076 DE 23/06/1962

#### **Última Anuidade Paga**

CERTIFICAMOS que seus responsáveis técnicos não se encontram em débito com o CREA-MT.

A informação atende a pretensão da Recorrida, que não encontra guarida no edital, pois o mesmo não exigiu "Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física dos Profissionais junto ao CREA".

Os inúmeros julgados dos órgãos fiscalizadores seguem no sentido de atender ao princípio do formalismo moderado, princípio da razoabilidade, da economicidade e da eficiência nos atos públicos, atentando para a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, que é a finalidade última da licitação.

É o que se depreende dos julgados abaixo:

***“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências”*** (Acórdão 2302/2012-Plenário | Revisor: WALTON ALENCAR RODRIGUES).

***“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame”***. (Acórdão 1795/2015-Plenário | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO).

***“É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público”***. Acórdão 2.239/2018 Plenário, Representação, Relatora: Ministra Ana Arraes.

***“(…) 9.4.2 nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação em pregões forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, deve ser concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999; (...)”*** (Acórdão nº 988/2022 – TCU - Plenário). (Grifou-se)

Desta forma, vemos que não merece reparo o ato do Pregoeiro que declarou HABILITADA a empresa SERGIO GALDINO DA SILVA & CIA LTDA, licitante que atendeu aos requisitos exigidos no edital e apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração.

Tal situação fica clara ao verificarmos que a proposta final da Recorrida está 13% (treze por cento) abaixo do último lance ofertado pela Recorrente, que ficou classificada em terceiro lugar.

Vale destacar também que a Recorrida possui em seu Contrato Social a atividade de Estudos Geológicos (CNAE - 7119-7/02), primordial e relevante na perfuração de poços, o que demonstra que a Recorrida possui capacidade para o atendimento integral do objeto da licitação.

No entanto, este CNAE **não faz parte do rol de Atividades Econômicas da Recorrente constante do Cartão CNPJ**, demonstrando que além do preço superior, a mesma não possui aptidão técnico operacional para prestar os serviços pretendidos pelo Município de Vila Bela da Santíssima Trindade e deveria ser INABILITADA caso fosse convocada pelo Pregoeiro visto que o Estudo Geofísico do solo é parte preponderante dos serviços licitados, sem os quais não é possível a execução total da perfuração dos poços tubulares.





Acatando sugestão da Recorrente e primando pela eficiência no certame, caso o entendimento do Pregoeiro seja no sentido de solicitar a apresentação de documentos complementares, encaminhamos aqueles que entendemos pertinentes, nos colocando à disposição para fornecer quaisquer outros que o condutor da sessão entenda necessários.

Com base em todos os pontos acima explanados, vimos requerer que seja **negado provimento** ao Recurso interposto, mantendo incólume a decisão do ilustre Pregoeiro Alessandro Santana de Souza que HABILITOU a licitante SÉRGIO GALDINO DA SILVA & CIA LTDA, com o prosseguimento dos atos necessários à Adjudicação do objeto e Homologação do certame.

Mirassol D' Oeste p/ Vila Bela, 09 de março de 2023.

**SERGIO GALDINO DA SILVA & CIA LTDA**  
**CNPJ: 24.760.845/0001-43**  
**ESTEMARCIA ALVES DE FREITAS SILVA**  
**CPF: 696.548.321-00**  
**Sócia-Responsável**